

O PROINFO NO ENTREGUZAMENTO DE SEUS DIFERENTES DISCURSOS: UM ESTUDO BAKITINIANO

VIEIRA, Paula Michelle Teixeira - UFJF

GT: Educação e Comunicação/n.16

Agência Financiadora: Não contou com financiamento.

Introdução

Este texto foi construído a partir de uma dissertação de mestrado que focalizou um programa de informatização das escolas públicas brasileiras - o PROINFO¹ - no seu momento de implantação na cidade de Juiz de Fora.

Procurei compreender esse Programa através dos discursos dos seus idealizadores e participantes.

Nesse sentido a teoria enunciativa de Mikhail Bakhtin foi de fundamental importância para a construção de um arcabouço teórico-metodológico que sustentou essa pesquisa qualitativa de cunho sócio-histórico. Foram utilizados como instrumentos metodológicos a análise de documentos e a entrevista dialógica, compreendendo-se esta pesquisa, enquanto espaço de produção de linguagem no qual os sentidos foram construídos a partir da situação vivida, do contexto social de produção de enunciados e dos lugares sociais ocupados pelos sujeitos envolvidos. Portanto, o enfoque teórico-metodológico adotado nesse estudo possibilitou, a partir do entrecruzamento dos diferentes discursos, compreender como cada sujeito, do lugar que ocupa - governo, professores multiplicadores, professores capacitados - está percebendo essa política de informatização de escolas públicas.

1- Enfoque Teórico: com Bakhtin compreendendo os diferentes discurso

1 Trata-se do Programa Nacional de Informática na Educação desenvolvido pelo governo brasileiro em parceria com a Secretaria de Educação e Desporto e o MEC a partir de 1996, que tem como principal objetivo, informatizar as escolas públicas.

Tomando a palavra como instrumento de compreensão, procurei entrecruzar a voz oficial presente no documento do PROINFO, as vozes dos multiplicadores do Núcleo de Tecnologia Educacional de Juiz de Fora (NTE-JF) – mediadores entre a proposta de seus idealizadores e os docentes das escolas – e as vozes de professores que sofrem o impacto desse Programa. O governo brasileiro, em sua política educacional, ao propor esse programa de informatização, o PROINFO, construiu um documento explicitando suas idéias. Interessou-me, portanto, além de ouvir a voz da política educacional presente nesse documento, ouvir também outras vozes - de multiplicadores e professores -, buscando perceber a sua contrapalavra diante do que lhes é proposto.

Este estudo fundamentou-se na teoria de Mikhail Bakhtin, uma vez que se buscou centrar a investigação na linguagem.

BAKHTIN (1999), mostra que a linguagem só pode ser analisada, na sua devida complexidade, quando considerada como fenômeno sócio-ideológico e apreendida dialogicamente no fluxo da história, ou seja, só pode ser compreendida em seu vínculo com a vida e a história.

Por entender a linguagem nessa dimensão, ele argumenta que a língua é inseparável do fluxo da comunicação verbal e, portanto, não é transmitida como um produto acabado, mas como algo que se constitui continuamente na corrente da comunicação verbal. Dessa forma, a realidade fundamental da língua para ele é a **interação verbal**.

Partindo dessa idéia central da teoria de Bakhtin, elenquei alguns conceitos desenvolvidos ao longo de seus estudos sobre a linguagem, para fundamentar a análise de meu trabalho. Neste estudo, ao procurar ouvir os diferentes sujeitos envolvidos no processo de implantação do PROINFO em Juiz de Fora, estou também lidando com diferentes discursos. Portanto, interessou-me buscar na extensa obra desse autor aquelas categorias teóricas que mais se relacionavam com meu objetivo, ajudando-me a compreender

as especificidades desses discursos produzidos, seja no momento das entrevistas, seja no momento da análise do documento oficial do Programa. Nesse sentido, tornou-se fundamental o entendimento de categorias como: enunciação; palavra enquanto signo ideológico; dialogismo.

2- Metodologia

Compreendo à luz da teoria bakhtiniana, que os sujeitos se constituem na e pela linguagem, em meio a intricada rede de relações sociais das quais participam, tendo como produto dessa atividade coletiva, a linguagem que revela em todas as suas propriedades tanto a organização econômica quanto sócio-política da sociedade da qual fazem parte. Concebi, assim, os diferentes discursos presentes no momento de implantação do PROINFO em Juiz de Fora enquanto enunciados (produto de expressão verbal). E ao buscar compreendê-los - assumindo uma atitude responsiva ativa - tive que levar em consideração suas condições de produção: o lugar sócio-hierárquico de onde cada um dos sujeitos falava, a situação em que seus enunciados foram produzidos, o interlocutor com quem falavam.

O enfoque teórico dessa investigação amparado pela teoria enunciativa de Bakhtin, permitiu-me também trabalhar com uma metodologia fundamentada na perspectiva sócio-histórica, que confere ao pesquisador e ao pesquisado estatuto de sujeitos também pela linguagem e pelo resgate de sentidos. Para tanto, a **análise de documentos** e a **entrevista dialógica** se constituíram nos mais apropriados instrumentos metodológicos para a coleta de dados desta investigação.

A Análise de documento

Foi analisado o documento oficial do PROINFO: *“Diretrizes do Programa Nacional de Informática na Educação”*. O critério de escolha desse documento se deveu, em especial, ao fato de constituir a literatura oficial sobre a política e proposta do Programa para todo

o país.

Mais uma vez, busquei nas reflexões de Bakhtin o suporte necessário para compreender as especificidades desse texto oficial.

O documento foi neste estudo entendido como uma esfera da atividade e da comunicação que, devido as suas particularidades, constitui-se em um gênero do discurso – o gênero do documento oficial – correspondente às suas características e condições de produção. Identificar o gênero do discurso presente nesse texto tornou-se fundamental para a compreensão dos enunciados que dele emergiram, uma vez que, nos gêneros convergem-se aspectos fundamentais para a compreensão “*teórica do texto e da dialogia implicada na textualidade*” (MACHADO, 1996, p. 234). As construções enunciativas do texto (aqui especificamente do texto oficial) são modeladas pelo gênero do discurso que lhe corresponde, determinando a constituição dos enunciados referentes ao falante, sendo que sua diversidade está relacionada com os alvos intencionais de quem fala ou escreve, para quem se fala ou se escreve. Através da escolha de um gênero também se define o estilo da intencionalidade discursiva do locutor (o querer dizer) que pode ser familiar, científico, íntimo ou oficial, como é o caso específico do documento.

Cabe ressaltar que o texto oficial não foi aqui compreendido como uma estrutura fechada, hermética, sempre adequada a si mesma, mas sim - resgatando a noção de texto apresentada por Bakhtin (2000) – como um acontecimento de linguagem, manifestação do discurso verbal em forma de texto, produto de uma enunciação (criação ideológica).

A Entrevista Dialógica

Outro instrumento metodológico utilizado nessa pesquisa foi a entrevista dialógica. Nesta investigação foi compreendida como produção de linguagem, cuja realidade fundamental é o seu caráter dialógico, concretizando-se na interação verbal entre os sujeitos – entrevistador e entrevistado- envolvidos nessa situação específica. Suas vozes se entrecruzam, se alternam, possibilitando o confronto

das entoações e dos índices sociais de valor, que posicionam diferentes visões de mundo dentro de um dado campo de visão.

As entrevistas foram realizadas com professores e capacitadores participantes do PROINFO em Juiz de Fora.

A princípio minha idéia era tentar privilegiar um professor de cada uma das quatorze escolas contempladas pelo PROINFO na cidade, mas isso não foi possível, uma vez que, quatro professores não foram localizados, dois não aceitaram participar da pesquisa. Pude então, contar com oito professores que aceitaram realizar as entrevistas. Além dos professores capacitados, constituíram-se também como sujeitos dessa pesquisa quatro dos cinco membros do NTE-JF: a coordenadora do núcleo em Juiz de Fora e três capacitadores.

O número de sujeitos, tanto de professores quanto de multiplicadores, me permitiu compreender no particular - na especificidade de cada entrevista - o universal, por contemplarem e expressarem a particularidade do sujeito e o contexto sócio-cultural mais amplo. Assim, acredito que na voz de cada um desses professores e capacitadores, muitas outras vozes, de outros professores e capacitadores, se manifestaram, uma vez que cada texto representa uma unidade que refrata todos os textos de determinada esfera social (Bakhtin, 1999).

3- COMPREENDENDO O PROINFO NO ENTRECruzAMENTO DE SEUS DIFERENTES DISCURSOS

Ao propor a investigação de um programa de informática na educação idealizado pelo governo brasileiro, busquei compreendê-lo através do confronto dos diferentes discursos presentes no momento de sua implantação na cidade de Juiz de Fora. Portanto, tomando a palavra como instrumento de compreensão, pretendi entrecruzar a voz oficial do governo, as vozes dos multiplicadores do NTE-JF – mediadores entre os professores e a proposta do governo – e de professores que sofrem o impacto desse programa.

O entrelaçamento dessas vozes com a minha própria voz e com as vozes dos diferentes teóricos que sustentaram esse estudo, justificou-se pelo fato de entender que todas elas, na verdade, dialogavam entre si, complementavam-se, e a compreensão do meu objeto de estudo só seria possível através dessa interlocução. Isto é, minha visão sobre o processo de implantação do PROINFO se construiu através das relações dialógicas entre esses diferentes discursos.

3.1- O PROINFO no discurso oficial

O documento do Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) foi elaborado em julho de 1997. Ele aborda as ações e respectivas estratégias de implementação do programa, discutindo também, aspectos tecnológicos e financeiros relacionados diretamente com a proposta de informatização das escolas públicas.

Bakhtin (1993b) afirma que, a enunciação é a unidade real da linguagem e que seu produto é o enunciado, nesse sentido, concebo o discurso oficial presente no documento do PROINFO como sendo um grande enunciado. E ao buscar compreender esse discurso tenho que levar em consideração suas condições de produção. Ou seja, a situação na qual ele se construiu, considerando também o lugar

sócio-hierárquico de quem fala, a forma como se fala e para quem se fala.

Ainda de acordo com esse autor (ibid), todo discurso é sempre dirigido para um outro - para sua compreensão e efetiva resposta. Essa orientação social, como já foi dito anteriormente, pressupõe a interação sócio-hierárquica que permeia a relação entre os interlocutores. O presente documento, foi elaborado pelo Ministério da Educação e do Desporto em parceria com a Secretaria de Educação à distância, órgãos oficiais, que representam diretamente uma instância maior - o governo brasileiro. Assim, o falante neste discurso fala do lugar que ocupa enquanto órgão oficial da educação - MEC - , hierarquia mais alta nesse setor, o que faz com que seu discurso adquira um tom oficial, sendo legitimado por toda a sociedade.

Bakhtin (1993b), também considera que a palavra está sempre orientada em função de um interlocutor, por isso, não só **procede** de alguém como se **dirige** para alguém (um ouvinte). No caso do documento do PROINFO, ele se dirige para os órgãos responsáveis pela sua implantação e desenvolvimento como as secretarias estaduais e municipais, NTEs e especificamente para multiplicadores e professores, agentes envolvidos diretamente no processo de implementação dessa política pública.

Além da orientação social, a compreensão do enunciado depende da situação em que este foi construído. Onde e quando ocorreu esse enunciado? Em que contexto foi produzido? Por isso, procuro agora caracterizar de uma forma bem sucinta, o contexto histórico político e social no qual este documento oficial foi construído e está inserido.

A revolução tecnológica ganhou maior força e velocidade a partir da segunda metade do século passado, sendo responsável nos últimos anos, pelas grandes transformações na sociedade.

Essa revolução é considerada por Toffler (1999), como um verdadeiro marco na história da humanidade, denominada por esse

autor de *Terceira Onda*, tem modificado gradativamente as relações de emprego no mundo, atuando como um instrumento de acumulação de capital e propiciando um aumento da produtividade, mudando completamente o campo de trabalho.

O que se pode perceber é que o avanço acelerado dessas tecnologias produzidas pelo homem, não tem modificado somente as relações de emprego, mas tem alterado significativamente todo o modo de entender e perceber o mundo, a sociedade.

Dessa forma, a educação, enquanto um dos setores dessa sociedade em transformação, também não está imune a tais mudanças. Ela sofre influências das diversas manifestações de desenvolvimento dessa sociedade. As novas tecnologias estão mudando os processos de aquisição e construção do conhecimento, as relações dos sujeitos com esse conhecimento, exigindo-lhe uma outra formação que prepare-o para atuar com esses novos recursos no seu dia a dia.

No intuito de acompanhar o contexto social mais amplo da atualidade, a escola não pode se manter defasada da realidade na qual seus alunos estão inseridos - uma realidade transformada pela inserção das novas tecnologias: computador, internet. Estamos conscientes de que a educação deste novo século tem que estar preparada para novas formas de ensino e aprendizagem. Esses avanços não podem ser ignorados pelos profissionais da educação que, ao contrário, devem estar preparados para compreender seu impacto no trabalho escolar.

Principalmente para aqueles que não tem condições de adquirir o computador, não seria a escola um espaço primordial para o acesso a esta tecnologia?

A escola tem um papel fundamental: produzir e socializar esse saber, tornando o aluno o eixo central desse processo. Para tanto, ela precisa estar sintonizada com as novas exigências intelectuais que nos impõe a tecnologia. A questão que se coloca, então, não é apenas a inclusão de novas tecnologias na sala de aula, e sim repensar

também o currículo a partir dessa verdadeira revolução cultural e intelectual que temos vivenciado.

Foi dentro desse contexto de grandes transformações, que o governo brasileiro construiu um documento, legitimando um programa de informatização de escolas, tendo como principal objetivo iniciar o processo de universalização do uso de tecnologia de ponta no sistema público de ensino, buscando *diminuir as diferenças de oportunidade de formação entre os alunos do sistema público de ensino e os da Escola particular, cada vez mais informatizada* (Brasil, MEC, 1997, p.1)..

Ao lado de outras ações - livro didático, parâmetros curriculares, TV Escola, educação à distância, valorização do magistério, descentralização de recursos para a escola e avaliação da qualidade educacional - o PROINFO pretende apresentar-se como uma importante alternativa que contribua para a corroboração pedagógica (qualitativa) da educação de ensino fundamental e médio (Brasil, MEC, 1997).

Além da situação e da orientação social em relação ao ouvinte, o enunciado precisa também possuir uma forma, pois de acordo com Bakhtin (1929/1993), o conteúdo e o significado da enunciação precisa de uma expressão material que os realize. São elementos constitutivos da forma do enunciado: a entonação, a eleição das palavras e a sua disposição no interior do enunciado.

A situação em que o documento oficial foi construído, seu auditório social correspondente é que determinam precisamente a entonação, através da qual realiza-se a escolha das palavras e a sua disposição, dando um sentido para todo o enunciado. O discurso presente nesse documento foi construído com o objetivo de traçar ações que implementem uma política pública, portanto, trata-se de um discurso que possui um tom oficial, formal, dirigido aos agentes que serão responsáveis pelo seu desenvolvimento. Dessa forma, as palavras, não deixam de assumir nesse discurso, um certo tom autoritário, persuasivo, exigindo de seus leitores, *o reconhecimento*

e a assimilação, ela se impõe a nós independentemente do grau de sua persuasão interior no que nos diz respeito; nós já a encontramos unida à autoridade (Bakhtin, 1993 a, p.143).

A entonação que representa a orientação social do enunciado para seu ouvinte, não só exige palavras de um estilo particular, dando lhes um significado também particular, como indica ainda, o lugar que devem ocupar no enunciado. Toda essa orientação leva em consideração também o tipo de intercâmbio comunicativo - o gênero do discurso. Uma vez que, as diferentes situações em que a comunicação verbal acontece, a posição social e a relação entre os interlocutores fazem com que o enunciado corresponda à função que se destina, no caso particular do documento do PROINFO, têm como função legitimar uma política pública, portanto, trata-se de um documento oficial.

Este documento não se constituiu como o produto de uma discussão ampla com os participantes do processo: professores e capacitadores, mas foi a estes apresentado de forma hierárquica e impositiva. Com esse tipo de atitude fica evidente que o governo, na verdade, determina, impõe o Programa e por isso não ouve as demais vozes envolvidas nesse processo de implantação dos computadores na escola. Nesse sentido, o documento oficial apresenta-se, de uma certa forma, autoritário, na medida em que, ao ocultar as demais vozes expressa-se como verdade única e incontestável. Assim, o texto do referido programa cristaliza-se em um discurso único.

O texto oficial aqui não é compreendido como uma estrutura fechada, hermética, sempre adequada a si mesma, mas sim - resgatando a noção de texto apresentada por Bakhtin - como um acontecimento de linguagem, manifestação do discurso verbal em forma de texto, produto de uma enunciação (criação ideológica).

O dialógico no texto oficial é contrastado com o monológico, uma vez que, os diálogos entre discursos presentes no seu interior ocultam-se sob a aparência de um discurso único, de uma única voz.

De acordo com Barros (1996), a legitimação do dialogismo discursivo, como foi proposto por Bakhtin, muitas das vezes, leva a crer, por oposição, no caráter monológico e neutro da língua. Para ele a linguagem é por constituição dialógica e a língua não é ideologicamente neutra, mas sim complexa. Na verdade, esta discussão está relacionada com a relação entre *dialogismo* e *polifonia*, que muitas vezes são utilizados como sinônimos nos seus textos. Barros (1996) e Amorim (1998), distinguem claramente esses dois termos, sendo o primeiro deles compreendido como o princípio dialógico constitutivo da linguagem e de todo e qualquer discurso e o segundo termo é utilizado para caracterizar certos tipos de textos em que são percebidas muitas vozes, em oposição aos textos monofônicos que ocultam os diálogos que os constituem. Portanto, os textos oficiais enquanto constituições discursivas também podem ser compreendidos como dialógicos, mas não polifônicos e não sendo neutros revelam os interesses de um dado grupo hegemônico, que detém o poder em um determinado momento histórico.

Os sentidos produzidos na interlocução que realizei com o documento oficial do PROINFO, só puderam ser compreendidos por mim, na medida em que, levei em consideração as condições em que este enunciado foi produzido.

O discurso presente no documento oficial, de uma certa forma, apresenta-se como autoritário na medida em que, *nele abafam-se as vozes, escondem-se os diálogos e o discurso se faz discurso da verdade única, absoluta e incontestável* (Barros, 1996, p.36). A única forma de contestar tais discursos é recuperar externamente a polêmica omitida, os confrontos sociais, ou seja, contrapor a esse discurso um outro discurso, responder a ele, dialogar, polemizar. É isso que me propus ao optar aqui pela análise do documento oficial do PROINFO.

Ao enfatizar a necessidade de socialização da informação – via computador, nas escolas públicas – o texto oficial do PROINFO, parece na verdade, defender uma socialização que não tem como

prioridade a democratização, a diminuição das diferenças dando oportunidades a todos. Além do discurso da socialização, existe também um discurso que enfatiza a educação enquanto alternativa para o crescimento econômico e desenvolvimento do país, buscando-se a produtividade, a eficiência, o desenvolvimento através da difusão das novas tecnologias. É nesse sentido que o documento do PROINFO é permeado por discursos que se afirmam e que às vezes, se negam, mascarando a orientação neoliberal da sociedade e da educação, conseqüentemente dessa política pública.

Esses discursos político-ideológicos que permeiam o documento influenciam todas as suas diretrizes. Em um contexto influenciado pelas orientações neoliberais, os principais termos do programa: educação, implementação do computador como instrumento do processo de ensino-aprendizagem (informatização) e a formação do professor assumem um sentido marcadamente mercadológico, opondo-se ao próprio discurso de universalização da informação e da educação, aos ideais de uma educação pública, desconsiderando as diversidades e as contradições sociais, restringindo as possibilidades que as novas tecnologias podem oferecer ao contexto educacional a uma dimensão econômica, para atender as necessidades do mercado, além de restringir a formação do professor para lidar com essas novidades, em apenas um treinamento rápido.

Na verdade, parece-me que a proposta de informatização do governo, enquanto documento oficial é uma boa proposta, mas no caminho de transposição para prática parece se desvirtuar, devido às grandes dificuldades e problemas que tem de enfrentar: questões burocráticas, falta de estrutura, formação de professor, e até por seus próprios objetivos.

3.2- Como ecoa nas vozes dos multiplicadores o discurso do PROINFO

O PROINFO implementou um curso de especialização em Informática na Educação para a formação dos multiplicadores que atuariam nos NTEs de todo país. Em Juiz de Fora, professores do ensino fundamental e médio de escolas públicas, passaram por um processo seletivo que constou de uma prova escrita e, posteriormente, os aprovados nesta prova foram submetidos ao processo de entrevista. Os cinco professores selecionados realizaram o curso de especialização oferecido pela UFMG-BH. Em seguida esses profissionais foram lotados no NTE-JF, na condição de professores multiplicadores, passando a ser os responsáveis pelo desenvolvimento do PROINFO junto às escolas públicas selecionadas.

Ao buscar apreender nos enunciados produzidos pelos professores multiplicadores - em situação de entrevista - a leitura que fazem do PROINFO, também tive que compreender as condições de produção desses enunciados (o lugar de onde o multiplicador fala, a situação em que seus enunciados foram produzidos, o interlocutor com quem fala), que certamente se deram em circunstâncias bem distintas dos produzidos no documento oficial, pois, em situações diferentes a enunciação também possuirá significados diferentes (Bakhtin, 1993b).

Os enunciados desses sujeitos foram construídos numa situação específica de entrevista, na interação particular entre pesquisador-pesquisado. E para compreender os sentidos que deles emergiram - assumindo para com eles uma atitude responsiva ativa - levei em consideração a interação sócio-hierárquica que caracterizou essa relação.

O professor multiplicador, enquanto sujeito situa-se dentro das fronteiras de uma classe e de uma época bem definida. Diante do governo se coloca sócio-hierarquicamente em posição inferior, de sujeito responsável por implementar uma política pública determinada por esse governo. Já em relação ao professor, por outro lado, coloca-se numa posição sócio-hierárquica superior de porta voz

dessa política pública. No momento da entrevista essas duas posições se mesclaram com uma terceira, específica dessa situação, o professor multiplicador também assumiu a posição de entrevistado, trazendo para esse contexto as marcas do lugar social que ocupa. O meu papel dentro dessa interação também foi considerado, minha posição social estava bem definida, eu era pesquisadora de uma instituição, que tinha como tema de investigação o PROINFO e em muitos momentos da entrevista esse lugar social fez com que os professores multiplicadores me vissem como alguém que se encontrava na posição de avaliadora do Programa. Nesse sentido, a interação sócio-hierárquica que permeou a relação pesquisador-pesquisado, definiu toda a situação de entrevista, e conseqüentemente, os sentidos dos enunciados que ali foram produzidos.

A entrevista neste estudo foi compreendida como um tipo de intercâmbio comunicativo social e, embora tenha se realizado sob a forma de conversa, não se tratou de uma situação espontânea de diálogo. Ela foi negociada anteriormente dentro de todo um processo de pesquisa, não deixando de apresentar aspectos de formalidade. Todas as entrevistas realizadas com os professores multiplicadores aconteceram no seu espaço de trabalho- o NTE-JF. A principal temática focalizada nas conversas foi o desenvolvimento do PROINFO no contexto de Juiz de Fora e diante desse tema, os professores multiplicadores, assumiram uma atitude de porta vozes do Programa, preocupados em não se contradizerem - podendo compromete-lo - ao emitirem opiniões com relação a política pública que tem a responsabilidade de viabilizar, deixando transparecer, muitas vezes, nos seus enunciados o discurso oficial do governo, o conflito entre esse discurso e a sua própria visão diante do que vê.

Embora durante a entrevista tenha, o professor multiplicador, muitas vezes reproduzido o discurso do qual é porta voz, dando um certo tom informal aos seus enunciados, o fato de entender no âmbito dessa pesquisa, que a entrevista se configura *como um*

espaço de construção de sentidos ou de produção de linguagem entre sujeitos organizados socialmente a partir de um enquadramento relacional específico (Castro e Souza, 1997, p.7), possibilitou que esses professores multiplicadores também me relatassem a leitura que fazem do PROINFO a partir do lugar que ocupavam, não mais reproduzindo somente o discurso oficial, mas interpretando a realidade que estão vivenciando.

A situação de entrevista, tradicionalmente, supõe uma certa posição de superioridade do entrevistador diante do entrevistado, demarcando assim, o jogo de papéis entre os sujeitos de uma forma esperada: o entrevistador pergunta e o entrevistado responde. Apesar de em alguns momentos iniciais, os sujeitos entrevistados encararem a entrevista assim e me perceberem, enquanto entrevistadora, nessa posição superior, ao buscar definir o momento da entrevista sem pré-estabelecer roteiros com perguntas prontas, assumi a interlocução, como um espaço de construção/ produção de linguagem, possibilitando um intercâmbio maior de papéis, além de uma abertura maior na interação (Castro e Souza, 1997), permitindo que o professor multiplicador encontrasse um espaço onde se sentisse a vontade para expressar suas opiniões com relação a implantação do PROINFO em Juiz de Fora. No contexto desse Programa o professor multiplicador é entendido como o mediador entre essa iniciativa do governo e os professores das escolas públicas envolvidas no processo de capacitação, sendo o responsável pela operacionalização e execução dos objetivos propostos por ele. Realizando a capacitação dos professores que atuarão nas salas de aula explorando novos recursos tecnológicos, também têm como função proporcionar às escolas participantes um contínuo apoio técnico pedagógico.

Acredito que na situação de entrevista, desenvolvida durante esta pesquisa, tenha este agente, encontrado um outro espaço para elaborar sua resposta, quando motivado a falar sobre o Programa. A entrevista realizada com cada um deles foi única, produzindo

também, sentidos únicos e diversos, que, no entanto, em sua totalidade contribuíram na construção de minha visão sobre o PROINFO na cidade de Juiz de Fora.

Os discursos dos professores multiplicadores, ao refletirem sobre o PROINFO, têm respondido a ele de forma concordante, parecendo receber com otimismo a proposta e reconhecendo, inclusive, as possibilidades que este poderá trazer para o contexto das escolas públicas. Entretanto, o professor multiplicador depara-se com um combate dialógico causado pelo conflito entre o fluxo verbal de duas visões de classes que lutam entre si, no interior de seu discurso: a visão do discurso do governo por ele assimilado e a sua própria visão influenciada pelo lugar social que ocupa. É possível perceber o conflito entre duas opiniões: de um lado, o professor multiplicador procura defender a iniciativa do governo, reconhecendo as necessidades de mudanças e possibilidades que essa iniciativa poderá provocar na educação; e, de outro lado, a percepção que passa a ter das dificuldades apresentadas na estrutura do programa, faz-lhe perceber que, embora, a escola precise se atualizar acompanhando as transformações da sociedade, a iniciativa do governo ainda não se apresenta como a forma mais adequada, precisando ser revista e reestruturada.

Sua fala também reflete uma dificuldade em conciliar essas posições. Embora reconheça as dificuldades apontadas pelos professores diante dessa inovação pedagógica proposta pelo governo – porque enquanto professor já viveu dificuldades semelhantes e ao assumir a posição de professor multiplicador –, sua visão diante desse momento de implantação do Programa deve ser outra, pois passa a representar diretamente o governo, sendo responsável pela divulgação dessa política pública, pelo seu andamento, não podendo portanto comprometê-la. Nesse sentido, cabe ao professor multiplicador, reproduzir o discurso do governo que determina as ações, não só presumindo a adesão de todos para quem se dirige, mas principalmente, tendo a função de convencer a todos da

eficiência e vantagens desse programa, garantindo sua credibilidade perante a escola, os professores e a sociedade como um todo.

3.3- O discurso do professor diante do impacto do PROINFO no seu fazer pedagógico

Os professores capacitados dentro do PROINFO e que fizeram parte desse estudo, pertencem a algumas das 15 escolas públicas de Juiz de Fora, contempladas pelo Programa. Sendo professores do ensino fundamental e médio, foram selecionados em suas escolas respeitando alguns critérios estipulados pelo próprio programa: o professor deveria ser efetivo de 40 horas e possuir menos de 18 anos de serviço². Cada escola poderia indicar dois professores para realizar a capacitação.

Assim como aconteceu com os professores multiplicadores, minha interlocução com os professores capacitados realizou-se por meio de entrevistas. E também aqui, ao buscar compreender os sentidos dos enunciados produzidos por esses sujeitos no momento dessa interação, levei em consideração as especificidades da situação em que foram produzidos, construindo-se então, em condições bem diferentes dos enunciados presentes no documento oficial e dos enunciados proferidos pelos professores multiplicadores.

Sócio-hierárquicamente o professor encontra-se numa posição de executor de uma política pública determinada pelo governo, de cuja formulação não participou e de quem se espera apenas sua implementação. Embora o governo ao propor essa política pública esteja muito mais interessado em sua execução do que em ouvir a opinião desses sujeitos - diante de uma política pública da qual não foram chamados a participar no processo de elaboração, mas têm o desafio de colocar em prática - estes adotam também uma atitude responsiva ativa diante do que ouvem, uma vez que fazem parte do

² Esses dados foram fornecidos pelos próprios professores no momento das entrevistas.

auditório social para quem o discurso pedagógico oficial é dirigido. No estudo que me propus fazer, talvez a entrevista tenha se constituído em lugar propício para que o professor se fizesse ouvir.

Os enunciados produzidos pelos professores, foram construídos numa situação específica de entrevista, numa interação entre pesquisador-pesquisado. Eu enquanto pesquisadora me constitui em uma possível interlocutora desses professores, me dispondo a ouvir o que eles tinham a me dizer apesar de sócio-hierárquicamente encontrar-me numa posição superior. O fato de terem sido as entrevistas realizadas em sua maioria fora do ambiente escolar - na casa dos professores - e no momento da negociação ter ficado claro para o professor que a entrevista seria uma oportunidade para que ele pudesse falar da forma que desejasse sobre a leitura que estava fazendo desse Programa, definiu toda a situação de entrevista. Assim, esses professores me viram não só como pesquisadora de uma instituição oficial, mas como alguém com quem eles se sentiram à vontade para falar, entendendo aquele momento como uma oportunidade de *desabafo*, como alguns deles colocaram em vários momentos da entrevista. Toda essa situação de confiança em relação ao interlocutor - no caso o pesquisador - se reflete na abertura dos enunciados produzidos nessa situação de interação e que me permitiram perceber o olhar do professor diante do impacto desse programa no seu fazer pedagógico.

Dentro do processo de implantação do PROINFO nas escolas, o professor, sem dúvida nenhuma, constitui-se em um elemento fundamental, na medida em que, atua como condutor desse programa no contexto educacional, sofrendo diretamente seus impactos.

O professor capacitado, por sua vez, ao refletir sobre sua percepção em relação a implantação do PROINFO nas escolas de Juiz de Fora, ressalta algumas dificuldades do programa que, certamente, têm comprometido o seu funcionamento: a) falta de recursos financeiros para a manutenção dos equipamentos e aquisição de

material; b) incompatibilidade da estrutura da escola com a nova estrutura exigida pelo PROINFO. Além desses problemas, a capacitação que o NTE-JF tem oferecido aos professores não tem possibilitado a eles realizar o trabalho na escola. A formação do professor para o uso do computador na escola tem se caracterizado como sendo uma formação aligeirada, onde um número grande de informações é passado para esse profissional em um curto prazo de tempo. Não se leva em consideração que durante a formação inicial da maioria desses professores, o tema Informática Educativa não é abordado, portanto, a maioria deles não possui nenhum conhecimento sobre o tema. A rapidez com que essas novas informações são apresentadas ao professor não permite, ao meu ver, nem a sua apropriação e nem uma reflexão a respeito delas. O professor necessita de uma formação que lhe dê elementos possibilitando-o identificar e resolver os desafios diante dessas novas tecnologias com uma visão inovadora.

Esse treinamento tem se refletido no momento em que o professor retorna para a escola com a missão de desenvolver o PROINFO. Seus depoimentos revelaram como o trabalho com o computador está sendo desenvolvido nas escolas. Na verdade, estão refletindo a capacitação recebida para realizar sua implementação neste espaço e que parece não ter sido suficiente para garantir ao professor uma apropriação da idéia de Informática Educativa e do uso do computador enquanto instrumento pedagógico. Através de suas práticas podemos perceber um uso limitado desse instrumento: em alguns momentos ele é entendido como um simples caderno ou máquina de escrever, já em outros, é comparado aos demais instrumentos tecnológicos da escola sem que se considere suas especificidades e possibilidades em relação a eles – TV, vídeo, entre outros. Dessa forma, não tem acontecido uma integração do computador no contexto escolar, uma vez que a não apropriação da Informática Educativa pelos professores tem comprometido sua inserção na realidade escolar – no trabalho pedagógico e no

momento do repasse – e no currículo escolar.

4- Considerações finais

O confronto dos diferentes discursos que permeiam a implantação do PROINFO em Juiz de Fora me permitiram perceber que, apesar desse programa representar uma grande iniciativa do governo, construindo estruturas de apoio ao desenvolvimento do uso da informática na educação – os NTEs, além de formar profissionais responsáveis por essas estruturas – os professores multiplicadores, sua estrutura precisa ser repensada para que ele tenha condições de continuar sendo desenvolvido nas escolas. Algumas questões como a aquisição de verba que possibilite a escola manter tanto os equipamentos quanto os materiais necessários para a implementação do Programa e a formação do professor precisam ser discutidas, garantindo a viabilidade desse projeto no contexto educacional.

O discurso dos professores multiplicadores e dos professores capacitados refletiram a representação que fazem da realidade, ou seja, como percebem o PROINFO. As palavras presentes em seus discursos, enquanto signo ideológico que indica todas as transformações sociais, denunciam o desenvolvimento de uma política pública educacional proposta pelo governo e que só funciona no papel, pois ao se concretizar na prática esbarra numa série de problemas: falta de recursos financeiros para manutenção do equipamentos, falta de verba para aquisição de material específico para o uso dos computadores, incompatibilidade da estrutura da escola com a nova estrutura exigida pelo programa, entre outros. Os sujeitos entrevistados talvez tenham encontrado no contexto da entrevista um espaço para denunciarem esses problemas que precisam ser revistos e resolvidos garantindo assim, o desenvolvimento e a continuidade do PROINFO. Entretanto, os órgãos oficiais responsáveis pela estruturação e reestruturação do programa não escutam a voz denunciadora do seu auditório social, mascarando assim uma realidade.

Ao buscar compreender o processo de implementação de uma política pública educacional do governo nas escolas de Juiz de Fora, algumas possíveis respostas foram encontradas. Contudo, essas respostas abrem a possibilidade de novos questionamentos. O PROINFO, enquanto uma política pública educacional, terá continuidade? Que transformações de fato essa inovação poderá trazer para o contexto da educação? Que possibilidades têm trazido para os alunos de escolas públicas? Essas questões abrem possibilidades para futuras pesquisas.

Na verdade esse texto se insere em um processo ininterrupto da comunicação verbal que, portanto, se configura como um elo da corrente dialógica, pressupondo seus antecedentes e outros que o sucederão.

Referências Bibliográficas

AMORIM, Marília. O texto de pesquisa como objeto cultural e polifônico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. V.50, n 04. Instituto de Psicologia UFRJ/Imago/CNPq, 1998.

BAKHTIN, M. N. **A cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de Françoise Rabelais**. 3 ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993 a.

_____. La construcción de la enunciación. In: SILVESTRI, A . & BLANK, G. **Bajtín y Vigotski: La organización de la conciencia**. Barcelona: Anthropos, 1993b.

_____. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. 9 ed. São Paulo: hucitec, 1999.

_____. **Estética da Criação Verbal**. 3 ed. São Paulo; Martins fontes, 2000.

BARROS, D. L. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, C. A ; TEZZA, C; CASTRO,G. (orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

BRASIL/MEC. **Programa Nacional de Informática na Educação**.

Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação a distância, 1997. Disponível em: <http://www.proinfo.mec.gov.br>. Acesso em 14 de mar. de 2000.

CASTRO, L.R de; JOBIM E SOUZA, S. **Pesquisando com crianças:** subjetividade infantil, dialogismo e gênero discursivo, 1997. (mimeo.)

TOFFLER, A . **A terceira onda:** a morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização. Rio de Janeiro: Record, 1999.